

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.081 - PR (2018/0294991-5)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
EMBARGANTE : **UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS**
ADVOGADOS : **EDUARDO BATISTEL RAMOS - PR031205**
: **LIZETE RODRIGUES FEITOSA E OUTRO(S) - PR021762**
: **ANA CAROLINE DE MORAES BITTENCOURT - PR058506**
EMBARGADO : **GUSTAVO ROSA LIEBEL**
EMBARGADO : **ELIZEU LIEBEL**
ADVOGADO : **VALÉRIA DE CÁSSIA LOPES E OUTRO(S) - PR035131**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA.

1. Devem ser rejeitados os embargos de declaração quando inexiste qualquer vício a ser sanado no julgado embargado.
2. Embargos de declaração no recurso especial rejeitados.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por UNIMED CURITIBA – SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS, contra decisão unipessoal que deu provimento a seu recurso especial para determinar o retorno dos autos ao tribunal de origem, a fim de que procedesse novo julgamento da apelação, à luz da jurisprudência do STJ, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DISSONÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 568/STJ.

1. Ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais, fundada na abusividade da recusa de fornecimento de medicamento para tratamento de câncer.
2. As operadoras de plano de saúde não estão obrigadas a fornecer medicamento não registrado na ANVISA. Ante o entendimento dominante do tema nas Turmas de Direito Privado, aplica-se, no particular, a Súmula 568/STJ.
3. Recurso especial conhecido e provido.

Em suas razões recursais, a embargante sustenta que a haveria

contradição na decisão embargada, pois, uma vez reconhecido que o acórdão do Tribunal de origem não estaria de acordo com a jurisprudência do STJ, seria o caso de reformá-lo, e não de determinar o retorno ao Tribunal de origem para novo julgamento.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/15, somente é cabível o recurso de embargos de declaração nas hipóteses em que haja, no julgado impugnado, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Na hipótese dos autos, não se verifica a presença dos vícios apontados.

Com efeito, a decisão embargada foi clara na aplicação da jurisprudência consolidada do STJ no sentido de que as operadoras de plano de saúde não estão obrigadas a fornecer medicamento não registrado na ANVISA.

Assim, a determinação do julgamento da apelação à luz da jurisprudência firmada no STJ constitui adequação da lide ao entendimento jurisprudencial pacificado.

Conclui-se, portanto, que o presente recurso não reúne os pressupostos específicos para o seu acolhimento.

Forte nessas razões, **REJEITO** os embargos de declaração no recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora